

Prezado Eduardo Simões:

Não consegui enviar-lhe, via e-mail, observações que, acredito, podem complementar o material que, há alguns meses, deixei pessoalmente com vocês, aí no Segundo Caderno de "O Globo". Faça-o agora, via Sedex, dos Correios.

Vou enumerar as observações que você julgará se são úteis para a matéria sobre Marlière:

1. A tragédia com a tribo dos Cintas Largas, com o assassinato dos garimpeiros, provoca reminiscências com a situação indigenista do Brasil, tão antiga como a descoberta do país. Os livros de história narram as atrocidades cometidas pelos colonizadores contra as numerosas tribos que aqui encontraram na descoberta. E, em revanche, também das tribos contra os colonizadores que acabaram por encurralá-los nos sertões e, principalmente, na região Norte do Brasil.

2. Marlière, que nascera na França em meados de 1768, também viveu drama semelhante quando, pela portaria de 16 de março de 1813, expedida pelo Governador Conde de Palma, iniciou seu admirável trabalho junto às tribos indígenas da Zona da Mata, indo residir no distrito e aldeia de São João Batista do Presídio, hoje cidade de Visconde do Rio Branco, onde nasci. Já investido no posto de Capitão do Regimento de Cavalaria de Linha, foi nomeado Diretor Geral dos Índios pela portaria de 19 de junho de 1813, onde durante 16 anos de exercício daquele cargo, "não recebeu ordenado algum", como escreveu Afrânio de Mello Franco no livro "Guido Thomaz Marlière – O Apóstolo das Selvas Mineiras". "Seus emolumentos foram, como ele próprio o disse, "trabalhos, vigílias, calúnias e intrigas", sendo que do erário público só recebia o soldo do seu posto e a pequena gratificação pelo Comando Geral das sete divisões do Rio Doce";

3. O que marcou historicamente a trajetória de Marlière como Diretor Geral dos Índios, foi o fato de exercer sua difícil missão como militar. Cito um trecho esclarecedor do livro de Afrânio do Mello Franco:

"Na fronteira da região habitada pelos índios, existiam, desde muitos anos (carta régia de 13 de maio de 1808), diversos postos militares, criados pelo governo com o nome de Divisões, dependendo de cada uma delas uma certa porção de território. Na zona de cada respectiva Divisão, disse-o Saint-Hilaire, os comandantes gozavam de uma grande autoridade".

“Cada uma das sete Divisões tinha o seu comando à parte. A 7 de setembro de 1818, foi Marlière incumbido de inspecionar a 1ª e 4ª Divisões do Rio Doce e de estabelecer postos militares com fortificações passageiras, nas margens do dito rio, para defenderem os colonos e as canoas do comércio contra os ataques dos botocudos. A 2 de julho de 1824 foi Marlière nomeado pelo Imperador Comandante das Divisões Militares do Rio Doce e encarregado da civilização e catequese dos índios, passando, no posto de Tenente-Coronel, em que já se achava, para o Estado-Maior do Exército”.

“O devassamento das matas do Rio Doce – prossegue Afrânio do Mello Franco em seu admirável livro – São Mateus, Mucury e Jequitinhonha, ia-se fazendo com o sacrifício das vidas dos desbravadores audazes e, principalmente, dos infelizes selvícolas, que eram tratados como animais bravios e perigosos, condenados ao extermínio”.

4. Verifica-se que, ao tempo de Marlière, e antes dele, o trabalho de catequese das tribos indígenas no Brasil e, principalmente, em Minas Gerais, foi realizada de forma militarizada, com o apoio das inúmeras Divisões que, tanto na Zona da Mata, como no Vale do Rio Doce, deram grande suporte ao trabalho de pacificação e civilização das tribos indígenas, “lançando ao mesmo tempo as bases da Agricultura e Comércio daquela vasta e fértil região”, como destaca Afrânio do Mello Franco”.

5. Com relação ao trabalho de catequese dos Jesuitas, é interessante citar as palavras do próprio Marlière, transcritas no livro de Afrânio do Mello Franco:

“Os Jesuitas erravam inteiramente o seu modo de civilização, fechando as aldeias no Beira-mar, deixando aos índios o refúgio das matas; foi querer, como dizem, criar sapos ao pé da lagoa. Melhor vale o sistema mineiro, que é ocupar lentamente as suas montanhas e matas e, como os rios, descer ao mar com a civilização, tendo sempre o cuidado de fazer anualmente, para eles, plantações nas mesmas matas, enquanto por si não forem adextrados ao trabalho, o que não é de tardar, pois lhes vejo boas disposições. Os mesmos jesuitas davam o pão espiritual aos índios e faziam as crianças se esganarem em cantar ladainhas e outras orações pias; os mineiros dão aos índios de comer e vestir e hão de civilizá-los: a educação religiosa deve vir depois da civil”.

6. “Todos os esforços do Governo e da Legislatura, aconselhava Marlière, deviam ser para fazer agricultores os índios e admirava-se de que os portugueses não o houvessem jamais tentado, preferindo importar para os serviços agrícolas o africano escravizado, menos laborioso do que aqueles

e a eles inferior em qualidades etnográficas. É que, ponderava ele, nascidos e educados sob um governo despótico, os portugueses obedeciam como escravos e queriam ter a quem governar do mesmo modo em suas casas. Preocupava-se Marlière com o levantamento do espírito dos selvícolas: “animem os índios e honrem-nos: em cada vila, que se fizer, e em que uma terça parte da população for composta de índios, seja sempre um deles admitido a membro da municipalidade para advogar a causa dos seus, e verão diferença em bem. O estado de abatimento em que se acham provém de haverem sido sempre tratados pelos portugueses abaixo de animais”. “Apregoava a necessidade urgente de se confiarem filhos de índios de todas as nações a mestres de ofícios mecânicos, para que aprendessem os serviços de carpinteiro, telheiro, ferreiro, sapateiro e alfaiate, e que esses alunos ficassem recomendados à vigilância das Câmaras, para que vissem como os mestres os tratavam e evitassem que outros portugueses os não induzissem a fugir para os aproveitarem a seu serviço”.

Verifica você, prezado Eduardo, que o trabalho e os ensinamentos de Guido Tomaz Marlière são extraordinariamente atuais e deveriam ser atentamente estudados pelas autoridades e, sobretudo, pelos dirigentes do INCRA, agora enfrentando o sangrento problema dos Cintas Largas, em conflito que, acredito eu, deveria atrair a presença imediata e pacificadora da grande autoridade das forças armadas.

Acho, prezado jornalista, que a matéria que lhe foi confiada na redação de “O Globo”, ganhou inegável atualidade com o problema indígena provocado pela matança dos garimpeiros de Rondônia. É hora, segundo penso, de reestudo da obra dos grandes pioneiros do indigenismo brasileiro, à frente dos quais coloco o grande Marlière: Rondon, os irmãos Villas-Boas, Darci Ribeiro, quantos mais? ‘

Marlière faleceu dia 5 de junho de 1836, com a idade de 67 anos e foi enterrado em túmulo de sua Fazenda de Guidowald, na chamada Serra da Onça, próxima a Ubá. Em 1927 foi erguido um monumento com os restos mortais de Marlière, inaugurado pelo Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, à margem da estrada de rodagem Ubá-Leopoldina, “na planície em que outrora Marlière reunia croatas e puris para transmitir-lhes noções civilizadoras. No monumento constam as seguintes inscrições: “À memória de Guido Thomaz Marlière, o desbravador das selvas e civilizador dos índios, abrindo estradas e semeando núcleos de população, as Câmaras Municipais de Ubá, Cataguases, Rio Branco e Pomba fizeram erigir este monumento, símbolo de gratidão ao pioneiro do progresso de Minas Gerais. Inaugurado em 13 de agosto de 1928”.

“Na face do obelisco, do lado de Astolfo Dutra, outras inscrições: “Na colina em frente, existiu o cemitério de índios onde foi sepultado o grande patriota”. Na face voltada para Ubá e Guidoal: “Neste sítio, Fazenda de Guidowald, existiu a casa de sua residência”. Na face posterior: “Falecido em 1836. Transladadas para esta urna, aqui estão guardadas suas cinzas”.

Um cordial abraço, sempre às ordens, do

Geraldo Santos Pereira

Rua Pompéia, 39, ap. 01 – Prado – Cep 30410-130
Tel. 3371-4604 – Cel. 9974-6181 – Belo Horizonte.